

EXPRESSÕES DO NOVO INTERVENCIONISMO: UMA ANÁLISE DO GRUPO CONSERVADOR “ORDEM DOURADA DO BRASIL”

*Fabio LANZA**

*José Wilson Assis NEVES JÚNIOR***

RESUMO: O artigo apresentado tem como premissa compreender o pensamento conservador cristão contemporâneo sob o viés intervencionista nacional, tendo como recorte de amostragem o grupo Ordem Dourada do Brasil, o mais expressivo da atualidade política brasileira. Para tanto foi empreendida a metodologia da análise documental a partir das fontes oficiais, intencionalmente selecionadas, disponibilizadas pelo grupo intervencionista em suas páginas virtuais, com destaque para a rede social *Facebook* e seu site oficial. O trabalho se divide em três partes, sendo que a primeira buscou contextualizar a nova ascensão do intervencionismo dentro de uma atual conjuntura política de propensões desdemocratizantes, a segunda empenhou-se em desenvolver uma análise sócio-histórica da construção do estilo de pensamento cristão conservador intervencionista na sociedade civil brasileira e a terceira preocupou-se em debater a forma como as heranças de um tradicionalismo anticomunista católico culmina em expressões anacrônicas e contraditórias na sua configuração do pensamento intervencionista contemporâneo.

PALAVRAS-CHAVE: Política contemporânea. Religião e pensamento político brasileiro. Conservadorismo e nova direita. Anticomunismo.

* UEL – Universidade Estadual de Londrina. Centro de Letras e Ciências Humanas. Londrina – PR – Brasil. 86051-990 - lanza1975@gmail.com.

** UNESP - Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”. Faculdade de Filosofia e Ciências, Campus de Marília. Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais. Marília – SP – Brasil. 17525-900 - nevesjr1991@gmail.com.

O intervencionismo na conjuntura contemporânea de retrocessos democráticos

No cenário mundial contemporâneo destaca-se a problemática da existência de uma onda desdemocratizante internacional, conforme apresentado no último relatório elaborado pela Bertelsmann Foundation (2016), intitulado *Global Index Sees Tough Times for Democratic Change*, o qual explicita os níveis de democracia em 129 países analisados, dos quais 53 evidenciam retrocessos democráticos decorrentes da ampliação da influência religiosa na arena política.

No que se refere ao caso brasileiro, o relatório da Bertelsmann Foundation (2016) apresenta especial preocupação com a gradual ascensão de representantes religiosos católicos, evangélicos e pentecostais no Poder Legislativo, os quais vêm demonstrando alta capacidade de interferir na agenda política de maneira a condicionar decisões políticas de acordo com dogmas religiosos – principalmente no que tange às questões de gênero, direitos homoafetivos e planejamento familiar.

Em meio a esse contexto, no início da década de 2010, percebeu-se no Brasil o fortalecimento de novas formas de ativismo político, dentre elas o *cyberativismo*. Consequentemente, a partir do ano de 2014, ocorreu uma ampliação dos movimentos sociais brasileiros no *cyberespaço* associada com maior articulação/disseminação dos seus ideais e adesão popular. Destacou-se como espaço de protagonismo mobilizador a rede social *Facebook*.

Conforme apresentam Machado e Moretto (2015) o *Facebook*, assim como outras redes sociais, foi apropriado pelo segundo governo de George W. Bush (EUA, 2006-2009) como mercadoria política, potencialmente promotora de conexões político-sociais, que ultrapassem limites geográficos, passando a ser utilizada como espaço virtual para uma diplomacia que prevenisse, e combatesse, a ascensão de formações sociais voltadas a correntes extremistas. Contudo, tais autores não deixam de salientar o potencial mobilizador dessas mídias em diversos contextos políticos globais, dentre eles o Brasil, destacando “o papel das redes sociais no enfrentamento de formas opressivas ou elitistas de decisão política, sendo especialmente importante em países em desenvolvimento, onde as desigualdades sociais são maiores” (MACHADO; MORETTO, 2015, p.126).

Ressalta-se, desta forma, conforme apresentam Nicolás, Bragatto e Sampaio (2013), que há uma tendência histórica de se analisar o desenvolvimento tecnológico dos meios de comunicação a partir de uma perspectiva que foca a compreensão das consequências e potencialidades que o mesmo oferece para o sistema político democrático, destacando a inserção de novas tecnologias comunicativas na sociedade civil.

Pode-se argumentar que isso culminaria na promoção e no revigoramento da democracia, assim como na possível ruptura deste sistema político. Salienta-se que o ambiente proporcionado pelas redes sociais é tomado enquanto esfera pública virtual (MARQUES, 2006), dando continuidade à perspectiva habermasiana de que esses novos espaços sociais possibilitam uma “arena viva e dinâmica na qual permanente processo de construção, desconstrução e reconstrução discursiva e simbólica da nação tem lugar” (AVRITZER; COSTA, 2004, p. 714), destacando a funcionalidade democrática atribuída a esses lugares, no que tange ao favorecimento da ampliação do estabelecimento de debates plurais e articulações político-sociais, que ultrapassam limites geográficos – não deixando de considerar que esses espaços públicos virtuais podem atuar tanto no fortalecimento de formações sociais democratizantes quanto desdemocratizantes.

Entre os grupos sociais que passaram a se mobilizar no Brasil, alguns reivindicavam, e ainda reivindicam, uma nova intervenção militar¹, como forma de combater as supostas ameaças comunistas consolidadas pelo governo do Partido dos Trabalhadores (PT) (2003-2016). Percebeu-se que mesmo com o *impeachment* da presidenta Dilma Rousseff (2010-2016), ocorrido em agosto de 2016, os grupos intervencionistas mantiveram seu ativismo político-social, chegando inclusive a invadir, de forma violenta, o plenário da Câmara dos Deputados Federais em novembro de 2016.

A presente pesquisa teve como proposição empreender uma análise exploratória sobre um desses grupos intervencionistas que se articulam no cenário político contemporâneo, para tanto utilizou-se como método de seleção: 1º) a capacidade de difusão de ideias; 2º) a amplitude quantitativa relativa a adesão popular, destacando-se assim o grupo **Ordem Dourada do Brasil** – que possui sua sede oficial na cidade de Porto Alegre -RS² e que tendo em vista sua situação de recente emergência, destaca-se pela inexistência de produções acadêmicas, inclusive no campo da Sociologia, que se proponham a analisá-lo.

Primeiramente, portanto, explicita-se que a Ordem Dourada do Brasil, conta com diferentes mecanismos de difusões de ideias, tais como: o site oficial do grupo³; a página na rede social *Facebook*⁴; um canal no *YouTube*⁵, com uma ampla gama

¹ Os grupos intervencionistas referem-se ao Golpe Militar de 1964 que destituiu inconstitucionalmente o presidente João Goulart (1961-1964), em nome de suposta ameaça comunista decorrente de seu governo.

² Com a pesquisa identificou-se que o grupo Ordem Dourada do Brasil estabeleceu inicialmente sua sede principal na cidade de São Paulo -SP (2014-2016), passando a oficializar a filial de Porto Alegre -RS como sede Nacional no final de 2016.

³ Disponível em: <<http://www.ordemdourada.com/>>. Acesso em 8 ago. 2016.

⁴ Disponível em: <<https://www.facebook.com/ordemdouradodobrasil/?fref=ts>>. Acesso em 12 ago. 2016.

⁵ Disponível em: <<https://www.youtube.com/channel/UCCd5PjveE-T8lV9ifySdcOQ/feed>>. Acesso em 10 ago. 2016.

de vídeos provenientes de diferentes setores sociais (militares, juristas, jornalistas, políticos, acadêmicos, entre outros); além de se apresentar como filiada à diferentes Organizações Não Governamentais (ONG's) de formação gnóstica, espalhadas pelo Brasil.

O segundo ponto relevante para a análise da atual configuração política do grupo intervencionista Ordem Dourada do Brasil, reside na sua capacidade de angariar apoio popular, destacando-se visivelmente em relação aos demais grupos intervencionistas contemporâneos. Para tanto, tem-se vista não só o fato de que no período que compreende os meses de maio de 2016 e fevereiro de 2017 a página da rede social *Facebook* da Ordem Dourada do Brasil apresentou um crescimento de aproximadamente sessenta e dois por cento (62%), passando de setenta e dois mil e seiscentos (72.600) para cento e dezessete mil e trezentos (117.300) seguidores, como também a pouca expressividade de seguidores relativos as demais páginas intervencionistas hospedadas pela rede social – o segundo grupo intervencionista com maior número de seguidores é o Intervenção Militar Já⁶, que conta com sessenta e três mil e quatrocentos seguidores (63.400).

Conforme apresenta Mariano (2011), é perceptível nas últimas décadas um fortalecimento, em nível global, de grupos de ativismo político, de cunho religioso, que apresentam propostas de retrocesso democrático – tais como a República Islâmica do Irã (1979) e os movimentos evangélicos fundamentalistas, como a Direita Cristã norte-americana. Nota-se, portanto, a existência de um embate que é característica inerente de Estados democráticos, o qual se consolida na constante disputa entre forças democratizantes e desdemocratizantes, tendo em vista que, como apresenta Charles Tilly (2013), a democracia deve ser tomada como um regime político precário e reversível. Desta forma, a análise histórica das diferentes construções de Estados democráticos na sociedade ocidental, permite refutar

Qualquer noção de democratização como um processo gradual, deliberado e irreversível, ou como um útil conjunto de invenções políticas que um povo simplesmente adota quando está pronto para isso. Pelo contrário, sua história demonstra a importância crucial das lutas e dos confrontos tanto pela democracia quanto por seus reversos (TILLY, 2013, p. 47).

Nessa perspectiva, faz-se necessário retomar as contribuições de Mannheim (1981) a respeito da inexorável realidade característica de um sistema democrático, que por seus próprios princípios básicos disponibiliza as ferramentas que um dia poderão proporcionar seu fim. Assim, o autor analisa a forma como as democracias tendem a se consolidar enquanto regimes políticos que configuram um campo de

⁶ Disponível em: <<https://www.facebook.com/intervencaomilitarFFAA/?fref=ts>>. Acesso em 4 jan. 2017.

constante embate entre grupos progressistas e conservadores – esta inerente luta político-ideológica resulta comumente em progressos e retrocessos relativos ao nível de democracia em uma determinada sociedade.

O conservadorismo é aqui entendido a partir das contribuições de Mannheim (1981), Wanderley (2003) e Johnson (1997), segundo os quais o pensamento será considerado conservador quando atender aos seguintes requisitos: 1) presença de elementos discursivos fundamentados na manutenção e continuidade do *status quo*; 2) proposição de restauração de uma ordem social coesa que combata ativamente formações político-ideológicas que divergem de sua visão de mundo; 3) estabelecimento de um embate reflexivo contra instituições, grupos, movimentos, ou perspectivas que expressem conteúdo progressista; 4) atribuição a uma elite social do papel diretivo da sociedade e da política. Quanto ao tradicionalismo, será compreendido, a partir de Mannheim (1981), como componente do tipo de pensamento político que exprime: 1) defesa de uma normatividade social passada; 2) presença de embasamentos da moralidade religiosa; 3) utilização de princípios de reflexão político-social anacrônicos ao momento em que se encontram inseridos.

Neste ponto é necessário considerarmos que qualquer um dos movimentos intervencionistas que se pretenda analisar estará obrigatoriamente embasado na segunda característica do conservadorismo e no primeiro elemento básico do tradicionalismo, ao passo em que aclamam pelo retorno do governo ditatorial militar como forma de restauração da ordem passada que supostamente garantiu a coesão e a boa convivência social, combatendo as potenciais ameaças político-ideológicas subversivas à esta ordem.

Importante se faz ressaltar que, segundo Mannheim (1981), uma das principais características que permitem diferenciar o modo de pensar tradicional do conservador reside no fato de que enquanto o primeiro se constitui somente enquanto uma reação, embasada em costumes herdados, às propostas progressistas que surgem na sociedade, o segundo se destaca pelo empreendimento de um processo reflexivo, racional, que tem por intuito combater politicamente as proposições opositivas aos seus princípios.

Desta forma, a pesquisa fundamentou-se no empreendimento de uma análise documental das fontes disponibilizadas pelo grupo Ordem Dourada do Brasil em sua página oficial, tomando-as como “leituras particulares dos eventos sociais” que “nos falam sobre aspirações e intenções dos períodos aos quais se referem e descrevem lugares e relações sociais de uma época” (MAY, 2004, p. 205), devendo ser, portanto, analisadas enquanto expressões do ideário político-ideológico de um determinado grupo social inserido em um contexto histórico/político/social/econômico específico. Enfatiza-se, ainda, que as fontes documentais utilizadas neste

artigo foram selecionadas de forma intencional, de maneira a atenderem a proposta analítica exposta.

Tomemos, então, um dos artigos da página oficial do grupo intervencionista, intitulado *Justiça versus Estabilidade*, no qual a Ordem Dourada do Brasil (2016b) se define enquanto representação jurídica da sociedade brasileira, e, pautando-se na fala do professor emérito da Escola Superior de Guerra (ESG) Ives Gandra Martins, afirma que na atual situação nacional existe uma tendência de se evitar a aplicação judicial na luta contra o comunismo, de forma a não deteriorar o equilíbrio político do país, fenômeno que poderia vir a desencadear uma intervenção internacional na política brasileira.

Considerando-se essa reflexão, ficam as Forças Armadas expostas como patronas da democracia no Brasil, sendo responsáveis por garantir sua aplicabilidade jurídica, prevenindo ameaças externas ou internas. Com isso, a Ordem Dourada do Brasil demonstra, então, uma perspectiva política altamente nacionalista, não só anticomunista como também preocupada com a soberania do país em relação à influência das potências capitalistas. Salienta-se, ainda, que determinada leitura da realidade vincula-se com alguns dos princípios que fundamentaram a doutrina de Segurança Nacional⁷, e que, conforme apresenta Ferreira (1979), tinha como proposição exacerbar a figura das Forças Armadas como instituição máxima da defesa da democracia e soberania nacional no contexto mundial.

Note-se, ainda, que os dirigentes da Ordem Dourada do Brasil apresentam (1) elementos discursivos fundamentados na manutenção e continuidade do *status quo* e tomam tanto para si quanto para as Forças Armadas a (4) atribuição do papel diretivo da sociedade e da política, enquanto elite dirigentes de melhor capacidade. São expressas, portanto, duas das características apresentadas anteriormente como fundamentos de formações político-ideológicas conservadoras – as quais, juntamente com as características do tradicionalismo, são exploradas no decorrer de todo o texto.

Percebe-se, pois, a importância de se abordar o objeto em uma perspectiva sócio-histórica, tendo em vista que

Os sujeitos que constituem parte do mundo social estão sempre inseridos em tradições históricas. Os seres humanos são parte da história, e não apenas observadores ou espectadores dela; tradições históricas, e a gama complexa de significados e valores que são passados de geração a geração, são em parte constitutivos daquilo que os seres humanos são. (THOMPSON, 2002, p. 360)

⁷ Conforme Marconi (1980), a doutrina de Segurança Nacional forma-se dentro da Escola Superior de Guerra, tendo como principal ideólogo o general Golbery do Couto e Silva, se constituindo enquanto expressão formativa político-ideológica na radicalização da luta contra o comunismo internacional.

Tal perspectiva dialoga com as propostas de Cellard (2012) a respeito do embasamento metodológico da análise documental. O autor problematiza a necessidade das pesquisas documentais encontrarem-se voltadas para utilização de uma perspectiva histórica que permita ao pesquisador compreender os processos e transformações político-sociais-econômicas que levaram à produção do documento, por parte de um grupo social específico, da forma como ele se apresenta, pois, conforme Mainwaring (2004), as instituições sociais, entre elas a religião, encontram-se inseridas em um eterno processo de transformação dialética relativa às mudanças sociais ocorridas na sociedade, sendo que ao mesmo tempo em que se reformulam em decorrência dessas mudanças, acabam por influir no modo como elas se modificarão futuramente.

Raízes históricas e especificidades da Ordem Dourada do Brasil.

No decorrer da pesquisa, que acompanhou o *cyberativismo* político empreendido pelo grupo social na rede virtual *Facebook*, percebeu-se que a gênese de sua atuação na esfera pública virtual possui raízes na convocação da sociedade civil brasileira a participar da II Marcha da Família, com Deus pela Liberdade (2014)⁸, que teve por objetivo a celebração dos 50 anos de golpe militar no Brasil (1964) fomentando uma nova intervenção que combatesse o suposto comunismo instituído pelo Partido dos Trabalhadores (PT), passando posteriormente a demonstrar maior ativismo e protagonismo apesar de, inicialmente, haver obtido baixo nível de adesão popular na mobilização.

Assim, levando em consideração a potencial vinculação das lideranças do grupo Ordem Dourada do Brasil com membros da Tradição Família e Propriedade (TFP), faz-se necessário retomar alguns apontamentos históricos, atentando primeiramente ao fato de que, segundo Quadros (2013), uma parcela de membros da TFP exerceu papel fundamental junto ao ativismo político religioso nas eleições para presidência da República em 2010.

Isso porque, ao combater as propostas em favor da legalização do aborto da então candidata Dilma Rousseff, demonizando a figura da candidata política, o grupo angariou forte adesão popular, tanto católica quanto evangélica, causando uma reviravolta nos discursos políticos dos candidatos, que passaram a demonstrar uma forte influência do cristianismo em suas estratégias político-eleitorais – ressalta-se, ainda, que conforme apresenta Quadros (2013), após a institucionalização do

⁸ A primeira versão a Marcha da Família com Deus pela Liberdade ocorreu em março de 1964, tendo sido organizada pela Tradição, Família e Propriedade (TFP) e, segundo Antoine (1980), forneceu o aval necessário para que as Forças Armadas concretizassem o Golpe de 1964.

movimento integralista católico, por parte do Vaticano, houve uma cisão entre os membros da TFP, que passaram a se dividir em dois grupos: Arautos do Evangelho, instituição de formação eclesiástica, reconhecida pelo Vaticano, estritamente religiosa que deixa de se articular e interferir politicamente na sociedade; e a Associação de Sócios Fundadores da TFP, grupo de membros antigos que propõe a continuidade com a perspectiva de seu membro fundador Plínio Corrêa de Oliveira, no que tange ao ativismo político religioso, sendo estes os responsáveis pela articulação política das eleições de 2010.

Importante se faz explicitar algumas peculiaridades da formação histórica brasileira, no que tange a relação estabelecida entre a religião católica e a realidade sócio-política. Amaral (2010) afirma que, com a proclamação da República (1889) e a subsequente separação entre Estado e Igreja, parcelas do clero católico passaram a consolidar vinculações com determinados segmentos dirigentes do sistema político nacional. Dentro dessa relação simbiótica, as referidas parcelas eclesiásticas atuam de forma a condicionar a mentalidade popular de acordo com os interesses particulares dos específicos segmentos com os quais firmaram parceria, sendo que estes, por sua vez, atuam no campo político em defesa dos interesses da instituição religiosa. A leitura apresentada por Amaral (2010) está de acordo com a análise realizada por Faoro (1994; 2012) a respeito das peculiaridades do Estado e da sociedade civil brasileira, na qual é possível discernir a existência de um Grupo no Poder formado por segmentos dirigentes (militares; representantes do capitalismo nacional, internacional e do agronegócio; entre outros) que tendem a impor, de cima para baixo, projetos de modernização que não condizem com a realidade social brasileira. Percebe-se, então, o papel das mencionadas parcelas do clero no que tange a atribuição de estabelecer um diálogo entre o pensamento político, popular, e as filosofias políticas que representam o almejado processo de modernização, fenômeno que tem por intuito distorcer a realidade social criando uma ideologia que gere a coesão social a partir dos interesses dirigentes.

Nessa proposta de articulação do clero, os intelectuais católicos e o laicato exerceram papel fundamental, protagonizando grupos e mobilizações que, apesar de se proporem a interferir na agenda política e (re)direcionar as intenções de voto, não se encontravam necessariamente vinculados à Igreja Católica em si, recebendo apenas apoio de determinados setores e lideranças clericais – como casos históricos da sociedade brasileira é possível mencionar algumas formações que intentaram promover a mobilização social brasileira em prol da consolidação de uma ordem político-social fundamentada em princípios do catolicismo, tais como o Centro Dom Vital (DIAS, 1993), a Ação Integralista Brasileira (BARBOSA, 2011) e a TFP (MACEDO, 1979).

Salienta-se ainda que no artigo intitulado *Convocação de reservistas pela Ordem Dourada do Brasil* (ORDEM DOURADA DO BRASIL, 2016c), o grupo convoca a sociedade civil a se militarizar e se unir na luta contra o comunismo internacional, designando como uniforme do movimento uma calça camuflada e uma camiseta branca – a militarização da sociedade civil uniformizada são características inerentes de movimentos integralistas/ fascistas, tais como os camisas-verdes da Ação Integralista Brasileira (AIB) e os camisas pretas do fascismo italiano (BERTONHA, 2001).

Tendo em vista esta perspectiva histórica de formação do imaginário cristão anticomunista, devemos atentar ao fator apontado por Romano (1990) a respeito da perspectiva de disciplinarização adotada pelo laicato em decorrência da Contrarreforma (1545), a qual gerou uma tendência em determinados setores da Igreja Católica em fomentarem uma militarização da sociedade civil, principalmente quando encontra a necessidade de mobilizar as massas no combate a formações sociais que ameaçam os interesses institucionais, ou mesmo os dogmas, da Igreja.

Contudo, faz-se necessário apontar uma peculiaridade da Ordem Dourada do Brasil em comparação com os movimentos militaristas anticomunistas antecessores, a qual reside no fato de que torna-se perceptível, por meio de uma análise cronológica de sua página na rede social *Facebook* (2014-2017), uma gradual ampliação de seu enfoque de agregação populacional, que teve início como público estritamente católico e passou a incorporar processualmente grupos de outras vertentes religiosas cristãs, chegando inclusive a veicular propagandas de líderes políticos do campo evangélico em sua página, como Jair Bolsonaro⁹. O respectivo processo pode ser considerado como uma tentativa de fortalecimento desse grupo social no cenário político nacional, pois favorece a ampliação da mobilização popular enquanto massa de pressão política, em prol de um direcionamento para eleição de políticos cristãos conservadores¹⁰ que compartilhem da visão de mundo defendida pela Ordem Dourada do Brasil e que estão articulados na Bancada Cristã no Congresso Nacional.

Ressalta-se ainda que, ao ampliar o horizonte participativo aos cristãos conservadores em geral, não mais restrito somente aos católicos, o pensamento político-religioso contemporâneo se desvincula da possibilidade de ser classificado enquanto integrista, tendo em vista que, conforme apresenta Pierucci (1992), não se encontra mais voltado para a valorização exacerbada da liderança clerical, apesar de ainda permanecer presente em alguns momentos.

Assim, percebe-se que o grupo Ordem Dourada do Brasil se caracteriza como uma nova experiência brasileira enquanto pensamento conservador cristão

⁹ Jair Messias Bolsonaro ocupa o cargo de deputado federal pelo estado do Rio de Janeiro (desde o ano de 1991), estando atualmente vinculado ao Partido Social Cristão (PSC) e à Assembleia de Deus.

¹⁰ Nas eleições de 2018 para os cargos de presidente da República e componentes do Congresso Nacional.

contemporâneo sob o viés intervencionista nacional, inspirada nos moldes propostos pela AIB de Plínio Salgado que vislumbrava a construção de um Estado altamente rígido, hierarquizado e disciplinado no modelo militar, e que tinha exclusivamente fundamentação no moralismo católico.

Elementos do anticomunismo cristão no intervencionismo contemporâneo

Na sua página oficial da *Internet*, o grupo Ordem Dourada do Brasil apresenta-se enquanto Exército Cristão de Salvação Mundial, convocando os diferentes setores da sociedade civil, com ênfase para o segmento militar, a unir-se na luta patriótica contra a iminente ameaça do comunismo internacional. Note-se que a própria apresentação do grupo já transmite a tônica que caracteriza as formas de pensar do tradicionalismo, expostas anteriormente, sendo elas a (2) afirmação do embasamento em uma perspectiva de ordem social religiosa e (3) elementos de reflexão político-social que exprimem anacronismo, ao passo em que a perspectiva do anticomunismo utilizada remonta ao período de Guerra Fria.

Assim, inseridos na esfera pública virtual, a Ordem Dourada do Brasil veicula uma visão de mundo embasada nos princípios de uma inerente guerra psicossocial, instaurada entre o comunismo internacional e a democracia cristã, afirmando que grupos comunistas estão altamente aparelhados no sistema estatal brasileiro e promovendo um amplo processo de doutrinação ideológica da população a partir de princípios que, segundo o grupo, visam o rompimento com a moral cristã, tais como a ideologia de gênero e reflexões políticas fundamentadas na perspectiva gramsciana – entendida pelos líderes da Ordem Dourada do Brasil enquanto droga psicossocial do comunismo internacional.

Percebe-se, aqui, que os elementos do conservadorismo e do tradicionalismo são diluídos na construção do pensamento intervencionista da Ordem Dourada do Brasil, ao passo em que se coloca em um embate reflexivo contra proposições progressistas (2º elemento do pensamento conservador), como as questões de gênero e a formação política crítica, as quais se apresentam enquanto empecilhos não só para as convicções tradicionais de uma ordem moral religiosa cristã¹¹ (tradicionalismo) como também para a continuidade e manutenção do *status quo* e da relação de dominação que impera na realidade brasileira (conservadorismo).

¹¹ Faz-se referência a relação de subordinação da mulher para com o marido, ou pai, no contexto familiar cristão tradicionalista, tema recorrente nos artigos publicados na página oficial do grupo – temática que demanda o empreendimento de novas pesquisas, não sendo abordada com grande fôlego neste trabalho.

Deve-se levar ainda em consideração que, conforme apresenta Löwy (1989), a campanha anti-gramsciana deve ser entendida como uma construção histórica que se encontra inserida em um contexto de contínua construção do imaginário anticomunista de nível internacional, tendo início no governo presidencial norte americano de George H. W. Bush (1989-1993), a partir da publicação do informe *Santa Fé II*, o qual preconizava uma nova estratégia do comunismo internacional, o marxismo gramsciano, que teria por intuito consolidar o domínio cultural das nações ocidentais, sendo que o principal método desta nova perspectiva se daria pela infiltração de agentes comunistas influentes nas diferentes instâncias sociais e estatais (educação, religião, entre outras).

A partir da condicionalidade da existência da guerra psicossocial, o grupo conservador cristão defende pautas como a militarização da sociedade brasileira cristã e a realização de uma intervenção militar que institua um governo provisório, entendidas como base de luta na defesa dos princípios morais cristãos e no combate à ameaça comunista – mais uma vez os elementos do tradicionalismo e do conservadorismo se misturam na construção da visão de mundo do grupo Ordem Dourada do Brasil.

Outro ponto a ser evidenciado nos artigos publicados na página oficial da Ordem Dourada do Brasil é a disseminação de uma perspectiva maniqueísta da luta do bem (democracia cristã ocidental) contra o mal (comunismo internacional ateu e outras vertentes religiosas). Assim, de acordo com o que afirma o grupo:

As FFAA (Forças armadas) são forças de defesa de nossa Pátria, não são grupos armados tiranos como são esses que estão invadindo nossas terras... Farc. China, Rússia, Venezuela, Cuba... Cristão você precisa pedir a intervenção porque quando um bandido entra na sua casa, você não chama o padre, o pastor, ou orador... você chama a Polícia... As FFAA são os Policiais de nossa nação, os únicos que podem tirar do poder essa estirpe de criminosos que estão destruindo a nossa nação, para decretar estado de sitio, e depois de uma confusão total estabelecida dentre o próprio governo, eles decretam estado de sitio, e mudarão a constituição, e você será definitivamente escravo, a sua igreja não existira mais, lembre-se que o governo atual está importando criminosos do estado Islâmico, está construindo mesquitas para eles, os ISIS matam Cristãos! Lembrem-se também o que disse o ditador Fidel Castro... “Quando os Cristãos se Levantarem Será o fim da Esquerda”!

Esquerda é de satã... Não se faz acordos com a Besta, a besta não cumpre acordos, pois sua doutrina é de trair, apoia tudo que não presta... Acorde Cristão! (ORDEM DOURADA DO BRASIL, 2016a, grifos nossos).

Segundo Rodeghero (2002) o anticomunismo brasileiro se caracteriza historicamente, pela apropriação de elementos demonizantes na concepção exposta do sistema comunista e de seus adeptos dada suas origens no laicato intelectual católico (Jackson de Figueiredo e o Centro Dom Vital), perspectiva que passou a ser adota pelo anticomunismo dos Estados Unidos da América (EUA) durante o período de Guerra Fria, tendo em vista que a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS) era declaradamente ateia.

Sob essa perspectiva, destaca-se uma análise histórico-comparativa com a atuação da TFP no contexto que precedeu o golpe militar de 1964, no qual, conforme apresenta Antoine (1980), o grupo integralista católico exerceu papel de destaque na difusão da visão de mundo fundamentada na divisão dicotômica do globo, entre o comunismo ateu soviético e a democracia cristã, apresentando as Forças Armadas e a intervenção militar como únicas formas de salvar o Brasil das supostas ameaças comunistas instituídas pelo governo de João Goulart (1961-1964). Esse fenômeno fomentou a realização da primeira edição da Marcha da Família, com Deus pela Liberdade (1964), que forneceu o aval necessário para determinadas parcelas das Forças Armadas concretizarem o golpe de Estado¹² – não deixando de levar em consideração o papel desempenhado pela Teologia da Libertação no contexto de ditadura militar (1964-1985), enquanto uma das principais protagonistas no que tange ao processo de articulação dos movimentos político-sociais em prol da redemocratização (WANDERLEY, 2007).

Importante se faz também destacar a ambiguidade apresentada pela Ordem Dourada do Brasil no que se refere à defesa de direitos inerentes ao pluralismo político-ideológico. No artigo intitulado *Modelo de representação para conservadores de direita contra ameaças comunistas* (ORDEM DOURADA DO BRASIL, 2015a), é elaborada uma crítica às falas proferidas no 2º Congresso Nacional da Central Sindical e Popular (2015), que proclamaram uma luta armada contra a direita conservadora, afirmando que a solução no combate contra o conservadorismo seria o paredão e a cova¹³. Ironicamente, o artigo se contrapõe à perspectiva radicalizada da esquerda, posicionando-se em defesa do direito de liberdade de expressão e do princípio de coexistência do pluralismo político-ideológico nas sociedades democráticas. Contraditoriamente, o artigo *Eles cumpriram seu papel institucional* (ORDEM DOURADA DO BRASIL, 2015b)

¹² Saliencia-se que, segundo Antoine (1980), a TFP nunca se consolidou de fato enquanto grupo de grande adesão popular, contudo, suas táticas publicitárias e suas estratégias de ativismo político possibilitaram a atribuição de um papel de destaque no que tange ao ofício de educação política dos diferentes setores sociais.

¹³ Este fato nos remete a percepção de que incorre a sociedade brasileira contemporânea a tendências à radicalização ideológica, tanto da parte de grupos de esquerda quanto de direita.

atribui aos comunistas/socialistas o rótulo de terroristas, expressando a necessidade do regime militar combatê-los belicamente.

Desta forma, compreende-se que a reação tradicionalista do grupo elabora, gradualmente, um processo reflexivo, que apresenta elementos de mobilizações históricas com propostas semelhantes, de construção de um pensamento político cristão conservador de modo a garantir a adesão popular às suas propostas político-sociais – expondo elementos que devem ser considerados como anacrônicos para a análise conjuntural da realidade social contemporânea, como a inerente guerra psicossocial entre o comunismo ateu e a democracia cristã, que representou o contexto de Guerra Fria.

Considerações Finais

A Ordem Dourada do Brasil foi apresentada como um grupo social que constrói seu estilo de pensamento conservador intervencionista a partir de uma reação tradicionalista cristã anticomunista de enfrentamento ao fortalecimento de políticas públicas progressistas por parte, principalmente, do governo do Partido dos Trabalhadores (2003-2016), tais como: políticas públicas de combate à desigualdade social (distribuição de renda); políticas educacionais em favor da supressão da desigualdade de gênero; políticas para juventude que favoreçam a formação política crítica e a valorização da pluralidade político-cultural.

Compreendeu-se que a esfera pública virtual se constitui enquanto uma das principais ferramentas de veiculação das propostas do grupo social Ordem Dourada do Brasil, dada a peculiaridade deste espaço social, que não se encontra mais restrito às barreiras espaciais, mas possibilita um alcance ampliado para construção de seu consenso e para a mobilização social.

A análise das fontes documentais disponibilizadas virtualmente pelo grupo, permitiu atentar ao fato de que o ativismo político proposto pela Ordem Dourada do Brasil ultrapassa os limites da luta anticomunista e se expande para o combate de propostas que fomentem uma valorização do pluralismo político-cultural, embasando-se na proposição de consolidar, na sociedade brasileira, uma visão de mundo coesa, que tenha como princípios o patriotismo militarizado e a moralidade cristã, característica que assemelha o estilo de pensamento do grupo social a outras formações brasileiras históricas concebidas como integralistas ou integristas, tais como a Ação Integralista Brasileira (1930-1937) e a Tradição Família e Propriedade (1960).

Demonstrou-se, ainda, que apesar das origens filosóficas e político-religiosas em formações históricas como o integralismo da AIB, o integristismo da TFP e a doutrina de Segurança Nacional da Escola Superior de Guerra (ESG), que

apresentam fortes tendências ao catolicismo, a Ordem Dourada do Brasil se destaca na atualidade pela articulação político-social com representantes do cristianismo conservador, como os políticos da Bancada Cristã.

Dentro deste processo atual de construção reflexiva de um pensamento político cristão conservador, desenvolvido pelo grupo Ordem Dourada do Brasil, conceitos como democracia, liberdade de expressão e laicidade do Estado são ressignificados de forma a se adaptarem à perspectiva de mobilização social, que apresenta o intento de garantir a manutenção do *status quo* capitalista a partir da consolidação de um Estado responsável pela gestão de uma ordem social coesa, fundamentada em princípios da moralidade cristã e do militarismo.

Por fim, afirma-se que esta pesquisa se constituiu enquanto uma contribuição analítica inicial para a compreensão de um novo modelo de movimento intervencionista que, conforme apresentado, tem particularidades e ainda se encontra em processo de construção. O artigo teve por intuito fomentar tanto o empreendimento de pesquisas acadêmicas quanto o estabelecimento de um ativo debate reflexivo dos grupos progressistas contemporâneos com os movimentos conservadores da nova direita que tomam forma e continuam a se fortalecer, em níveis nacional e internacional.

NEW INTERVENTIONISM EXPRESSIONS: AN ANALYSES OF THE CONSERVATIVE GROUP “ORDEM DOURADA DO BRASIL”

ABSTRACT: *The premise of the present article is the attempt to understand contemporary conservative Christian thought through the lens of national interventionism, using the group Ordem Dourada do Brasil – the most expressive in Brazil’s current political climate – as a representative sample. Therefore, a documental analysis was undertaken of select official sources, made available by the interventionist group in their webpages, giving particular attention to the group’s Facebook social media page and their official website. The article is divided in three parts: to begin with, it attempts to contextualize the rise of interventionism in the current political conjuncture of democratic regression, then it develops a socio-historical analysis of the development of Cristian conservative interventionist thought in Brazil’s civil society and finally it discusses the ways in which a background of catholic anticommunist traditionalism culminates in anachronistic and contradictory expressions in the thought configuration of contemporary interventionism.*

KEYWORDS: *Contemporary Politics. Religion and Brazilian political thought. Conservatism and the new right. Anticommunism.*

REFERÊNCIAS

AMARAL, Roniere R. **Milagre Político: Catolicismo da libertação**. São Paulo: Annablume, 2010.

ANTOINE, Charles. **O integralismo brasileiro**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1980.

AVRITZER, Leonardo; COSTA, Sérgio. Teoria Crítica, Democracia e Esfera Pública: Concepções e Usos na América Latina. **Revista de Ciências Sociais**, v. 47, n.4, p. 703-728, Rio de Janeiro 2004.

BARBOSA, J. R. Plínio Salgado e o anticomunismo dos intelectuais do Sigma. *In*: RODRIGUES, C. M. et BARBOSA, J. R. (orgs). **Intelectuais & Comunismo no Brasil: 1920-1950**. Cuiabá: Ed UFMT, 2011, p 35-76.

BERTELSMANN FOUNDATION. **Global Index Sees Tough Times for Democratic Change. Gütersloh/Washington, 29 de fevereiro de 2016. Disponível em:** <http://www.bfna.org/media_advisory/global-index-sees-tough-times-for-democratic-change>. Acesso em 06 abr. 2016.

BERTONHA, João F. Entre Mussolini e Plínio Salgado: o Fascismo italiano, o Integralismo e o problema dos descendentes de italianos no Brasil. **Revista Brasileira de História**, vl. 21, nº 40, São Paulo, 2001, p. 85-105.

CELLARD, André. A análise documental. *In*: POUPART, Jean *et al.* **A Pesquisa Qualitativa: Enfoques epistemológicos e metodológicos**, 3. ed. Rio de Janeiro: Petrópolis, Editora Vozes, 2012, p 295-316.

DIAS, Romualdo. **“Cor unum et anima una”: a doutrina católica sobre a autoridade no Brasil 1922-1935**. Tese (Doutorado) em Lógica e Filosofia da Ciência, Universidade Estadual de Campinas, 1993.

FAORO, Raymundo. **Existe um pensamento político brasileiro?** São Paulo: Editora Ática, 1994.

_____. **Os Donos do Poder: formação do patronato político brasileiro**. São Paulo: Globo, 2012.

FERREIRA, Oliveiros S. A Escola Superior de Guerra no Quadro do Pensamento Político Brasileiro. *In*: CRIPPA, Adolpho. **As ideias políticas no Brasil**. Vol II. São Paulo: Editora Convívio, 1979, p. 249-289.

JOHNSON, Allan G. **Dicionário de Sociologia**. Rio de Janeiro: Zahar, 1997.

LÖWY, Michael. Marxismo e cristianismo na América Latina. **Lua Nova**, nº 19, São Paulo, novembro de 1989, p. 5-21.

MACEDO, Ubiratan B. O Tradicionalismo no Brasil. In: CRIPPA, Adolpho. **As ideias políticas no Brasil**. Vol II. São Paulo: Editora Convívio, 1979, p. 227-248.

MACHADO, Jorge; MORETTO, Márcio. Riscos e incertezas do uso do Facebook como plataforma de ativismo político. **Cadernos Adenauer XVI**, nº 3, Rio de Janeiro, 2015, p. 113-132.

MAINWARING, Scott. **Igreja Católica e Política no Brasil 1916-1985**. São Paulo: Editora Brasiliense, 2004.

MANNHEIM, Karl. O pensamento conservador. In: MARTINS, José de S. **Introdução Crítica a Sociologia Rural**. São Paulo: Editora Hucitec, 1981.

MARCONI, Paolo. **A censura política na imprensa brasileira (1968-1978)**. São Paulo: Global Editora e Distribuidora LTDA, 1980.

MARIANO, Ricardo. Laicidade à brasileira: católicos, pentecostais e laicos em disputa na esfera pública. **Civitas**, v.11 n.2, Porto Alegre maio-agosto de 2011, p. 238-258.

MARQUES, Francisco P. J. A. Debates políticos na internet: a perspectiva da conversação civil. **Opinião Pública** (UNICAMP), v. 12 n.1, Campinas abril de 2006.

MAY, Tim. **Pesquisa Social: questões métodos e processos**, 3º ed. Porto Alegre: Artmed, 2004.

NICOLÁS, Maria A; BRAGATTO, Rachel C; SAMPAIO, Rafael C. Internet and Politics studies in Brazil: mapping the characteristics and disparities of the research field. **Brazilian Political Science Review**, v. 7, p. 114-140, São Paulo 2013.

ORDEM DOURADA DO BRASIL. **Mensagem a todos os cristãos**. 12 de julho de 2016a. Disponível em: <<http://www.ordemdourada.com/index.php/mensagem-a-todos-os-cristaos/>>. Acesso em 13 ago. 2016.

_____. **Justiça versus Estabilidade**. 25 de março de 2016b. Disponível em: <<http://www.ordemdourada.com/index.php/justica-versus-estabilidade/>>. Acesso em 13 ago. 2016.

_____. **Convocação de reservistas pela Ordem Dourada do Brasil**. 20 de março de 2016c. Disponível em: <<http://www.ordemdourada.com/index.php/convocacao-de-reservistas-pela-ordem-dourada-do-brasil/>>. Acesso em 17 ago. 2016.

_____. **Modelo de representação para conservadores de direita contra ameaças comunistas**. 21 de outubro de 2015a. Disponível em: <<http://www.ordemdourada.com/index.php/modelo-de-representacao-para-conservadores-de-direita-contra-ameacas-comunistas/>>. Acesso em 13 ago. 2016.

_____. **Eles cumpriram seu papel institucional**. 09 de outubro de 2015b. Disponível em: <<http://www.ordemdourada.com/index.php/eles-cumpriram-o-seu-papel-institucional/>>. Acesso em 13 ago. 2016.

PIERUCCI, Antônio F. Fundamentalismo e integrismo: os nomes e a coisa. **Revista USP**, 13, São Paulo, 1992, p. 144-156.

QUADROS, Marcos Paulo dos Reis. O conservadorismo católico na política brasileira: considerações sobre as atividades da TFP ontem e hoje. **Estudos de Sociologia**, v. 18, n. 34, Araraquara 2013.

RODEGHERO, Carla S. Religião e patriotismo: o anticomunismo católico nos Estados Unidos e no Brasil nos anos da Guerra Fria. **Revista Brasileira de História**, v. 22 n°44, p. 463-488, São Paulo 2002.

ROMANO, Roberto. **Igreja domesticadora de massas ou fonte do direito coletivo e individual? Uma aporia pós-conciliar**. Campinas: IFCH/UNICAMP, 1990.

THOMPSON, John B. **Ideologia e Cultura Moderna: teoria social crítica na era dos meios de comunicação de massa**. 6. ed. Petrópolis: Editora Vozes, 2002.

TILLY, Charles. **Democracia**. Petrópolis: Editora Vozes, 2013.

WANDERLEY, Luiz E. **Democracia e Igreja Popular**. São Paulo: EDUC, 2007.

_____. Desafios da Igreja Católica e Política no Brasil. In: Instituto Nacional de Pastoral (org). **Presença Pública da Igreja no Brasil (1952-2002)**. São Paulo: Paulinas, 2003.

Recebido em 10/02/2017.

Aprovado em 07/06/2017.

